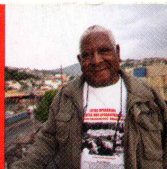


A pequena Islândia dá lições à Europa



Os 50 anos da exemplar luta dos queixadas



No Ceará, a aliada do turismo comunitário

REVISTA DO **Brasil** (atitude)

nº 77 novembro/2012 www.redebrasilatual.com.br

O POVO SABE DAS COISAS

Empresas crescem apostando na inclusão, na autoestima e no otimismo do povão. Mas alguns políticos e veículos custam a aprender

**Renato
Meirelles,
do Instituto
Datapopular: a
classe C forma
um "país" de
104 milhões de
consumidores**

popular. [Do lat. *populare*.] **Adj.** 2 g. 1. Do, ou próprio do povo: *hábitos populares*. 2. Feito para o povo (2 e 6): *bibliotecas populares; habitações populares*. 3. Agradável ao povo; que tem as simpatias dele: *o povo da Uva é uma comemoração popular*. 4. Democrático (2 e 6): *governo popular*. 5. Vulgar, trivial, ordinário: *o povo deu. ~ V. aura —, casa —, democracia —, economia —, condição —, etimologia —, nome —, república —, sistema —, tro —*. • **S. m.** 6. Homem do povo: *o povo no choque de automóveis. ~ V.*



Exemplar de associado.
Não pode ser vendido.

R\$ 5,00

10. Política

PSDB: reciclagem e renovação pós-Serra para conter o declínio

14. Entrevista

O potencial da classe C, segundo Renato Meirelles, do Datapopular

20. Velho Mundo

A Islândia enfrenta a crise com respeito social e democracia

24. Mundo

Uma cidade-prisão na Bolívia e seus 'habitantes' sem julgamento

30. História

Queixadas: 50 anos depois, uma greve ainda pulsa na comunidade

34. Futebol

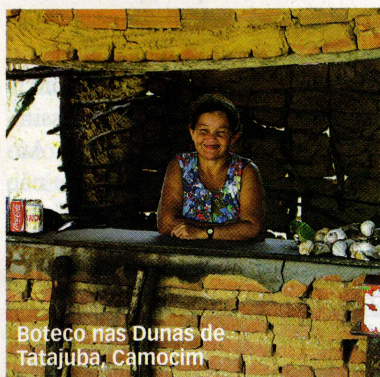
A angústia de Breno, preso na Alemanha por incendiar a casa

36. Atitude

Uma campanha que une moda, cooperativismo e solidariedade

38. Cidadania

Agitação inspirada na eleição em SP não quer ter data para acabar



Boteco nas Dunas de Tajubá, Camocim

OTAVIO NOGUEIRA/FICKR/CC

44. Viagem

Saboreie o Ceará sem estragar o passeio dos que virão depois

Seções

Cartas	4
Mauro Santayana	5
Destaques do mês	6
Lalo Leal	19
Curta essa dica	48
Crônica: B.Kucinski	50



PAULO PINTO/FERNANDOHADDAD13/FICKR/CC

A maioria do eleitorado votou com a cabeça na sua cidade: momento de renovar

Revitalização da política

No dia seguinte ao segundo turno das eleições municipais, o julgamento do chamado mensalão desapareceu do noticiário. Não que tenha terminado. O Supremo Tribunal Federal concedeu-se um intervalo de duas semanas para que o relator Joaquim Barbosa pudesse se submeter a um tratamento de saúde anteriormente programado. No momento da interrupção, os magistrados discutiam penas cabíveis aos julgados culpados. Mas o interesse do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, já estava atendido. Em entrevista a um jornal no início de outubro, Gurgel havia dito que seria "positivo" se o julgamento interferisse nas eleições. E, no momento em que o STF deu-se a pausa, o mais importante – as manchetes com as condenações de José Dirceu e José Genoino – já estava disponível. Segundo pesquisa do Datafolha, mensalão teve "nenhuma influência" na decisão do voto para 51% dos entrevistados em São Paulo. "Um pouco de influência" foi a resposta de 14%, e 32% responderam "muita influência". Talvez os jornais esperassem mais, mas o processo não deixou de ter seu impacto.

Mesmo tendo lideranças como Dirceu e Genoino expostas a um linchamento, o PT foi o partido mais votado em todo o país nestas eleições. A legenda conquistou pouco mais de 17 milhões de votos no primeiro turno, superando o PMDB, com 16,5 milhões. No segundo, obteve mais 7 milhões de votos, à frente do PSDB (5,6 milhões) e do PMDB (2 milhões). O PSB de Eduardo Campos ficou satisfeito com seu crescimento, o PSD de Gilberto Kassab, idem, e igualmente o mineiro Aécio Neves. Nove fora a contaminação do debate por temas e personagens alheios ao processo, muitos comemoraram. Entre estes não está José Serra, que ouviu até de gente de seu partido que é hora de renovação. A maioria do eleitorado votou com a cabeça em sua cidade e puniu más administrações. Pode-se atribuir ainda aos maus gestores o aumento dos votos brancos e nulos, assim como o crescimento das abstenções. Entretanto, eles podem dividir com os meios de comunicação esse crédito. Afinal, mais que fiscalizar, discutir problemas ou projetos, o noticiário, salvo exceções, sataniza a política e promove o desinteresse dos cidadãos. Enfim, não faltam recados para as novas lideranças que emergem desse outubro com o desafio de revitalizar a sua cidade e também a política. »

Núcleo de planejamento editorial
Cláudia Motta, Daniel Reis, José Eduardo Souza, Lillian Parise, Paulo Salvador e Vanilda Oliveira

Editores

Paulo Donizetti de Souza

Vander Fornazieri

Editor Assistente

Vitor Nuzzi

Redação

Cida de Oliveira, Evelyn Pedrozo, Eduardo Maretti, Fábio M. Michel, Gisele Brito, João Paulo Soares, João Peres, Maurício Thuswohl, Raimundo Oliveira, Sarah Fernandes e Tadeu Breda

Arte: Júlia Lima. **Iconografia:** Sônia Oddi

Revisão: Márcia Melo

Capa

Foto de Danilo Ramos

Sede

Rua São Bento, 365, 19º andar, Centro, São Paulo, CEP 01011-100
Tel. (11) 3295 2800

Comercial

Sucesso Mídia (61) 3328-8046
Suporte, divulgação e adesões
(11) 3295 2800

Claudia Aranda e Carla Gallani

Impressão

Bangraf (11) 2940-6400

Simetal (11) 4341-5810

Distribuição

Gratuita aos associados das entidades participantes.
Bancas: Fernando Chinaglia

Tiragem

360 mil exemplares

(atitude)
EDITORA GRÁFICA

Conselho diretivo

Adi dos Santos Lima, Admiron Medeiros Ferro Jr., Almir Aguiar, Aloísio Alves da Silva, Amélia Fernandes Costa, Antônio Laércio Andrade de Alencar, Artur Henrique da Silva Santos, Benedito Augusto de Oliveira, Carlos Decourt Neto, Cláudio de Souza Mello, Claudir Nespole, Cleiton dos Santos Silva, Edgar da Cunha Generoso, Fabiano Paulo da Silva Jr., Fernando Ferraz Rego Neiva, Francisco Alano, Francisco Jr. Maciel da Silva, Genivaldo Marcos Ferreira, Gentil Teixeira de Freitas, Hélio Rodrigues de Andrade, Isaac Jarbas do Carmo, Izídio de Brito Correia, Jesus Francisco Garcia, José Eloir do Nascimento, José Enoque da Costa Sousa, José Jonisete de Oliveira Silva, José Roberto Brasileiro, Juberlei Baes Bacelo, Luiz César de Freitas, Magna Vinhal, Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Marcos Frederico Dias Breda, Maria Izabel Azevedo Noronha, Maria Rita Serrano, Nilton Souza da Silva, Paulo César Borba Peres, Paulo João Estaúcia, Paulo Lage, Paulo Roberto Salvador, Raul Heller, Rodrigo Lopes Britto, Rosilene Corrêa, Sérgio Goiânia, Sonia Maria Peres de Oliveira, Wagner Freitas de Moraes, Valmir Marques da Silva, Wilian Wagner Moreira, Wilson Franca dos Santos.

Diretores responsáveis

Juvandia Moreira

Sérgio Nobre

Diretores financeiros

Rita Berlofa

Teonílio Monteiro da Costa

CARTAS



Temas da cidadania

Parabéns pelas brilhantes informações. A *Rede Brasil Atual* está fazendo a diferença. Participo da comissão executiva da Escola da Cidadania Santo Dias, na zona sul de São Paulo. Todos estão convidados a conhecer nosso trabalho. Na escola da zona sul, Jardim Ângela, atua o padre Jaime Growe. Na unidade da zona leste, o padre Ticão. Em nossos encontros trabalhamos incansavelmente para que mais pessoas da base social possam ter acesso a informações. Discutimos orçamento participativo; plano de metas (saúde, educação, mobilidade, segurança pública, cultura e meio ambiente); democracia representativa e democracia participativa; o papel do Estado; experiências da gestão da subprefeitura; entre outros. Todos os meses distribuímos a *Revista do Brasil* aos participantes.
Celina Simões, São Paulo (SP)

Engenhão é Saldanha

A cidade belíssima do Rio de Janeiro, já enfrentando tantos problemas, com certeza não merecia essa vergonha, o nome desse cidadão (*João Havelange*), num estádio maravilhoso como o Engenhão. Quem é esse cidadão? O que ele fez para nosso país, a não ser receber suborno? Hoje vive fora, gastando o dinheiro que ganhou junto com seu ex-genro Ricardo Teixeira. João Saldanha, sim, é merecedor dessa honraria.

João Carlos Ramos, Rio de Janeiro (RJ)

Marco Aurélio Mello

É inaceitável numa democracia um juiz, com o agravante de ser um integrante da Suprema Corte, defender a mais grave quebra institucional de uma nação, o golpe de 1964. No mesmo discurso faz a defesa de ações baseadas no respeito à Constituição. Não existem instituições no Brasil que promovam o respeito à Constituição. Tanto o Ministério Público como o próprio Supremo Tribunal Federal estão a serviço de meia dúzia de pseudobrasileiros.

Luiz Antonio Durante

Nota: A reportagem "Marco Aurélio volta a defender golpe de 1964 - 'Sem a revolução, o que teríamos?'" na *Rede Brasil Atual*, recebeu dezenas de comentários. Leia em http://bit.ly/rba_mello_1964.

É lamentável que pense e propague essa ideia o ministro Marco Aurélio, do STF. Parece mais uma provocação gratuita do que propriamente uma tese. E, se fosse tese, certamente seria movida pelo ódio, não pela inteligência. Ocorre que o ilustre jurista é magistrado na Suprema Corte do país, dos que fazem ação diária à obediência e proteção à Constituição Federal. É trabalho para patriota, para gente decente que sabe que o que tem verdadeiramente importância na vida é o ser humano. Simples assim. Então, quando o ministro Marco Aurélio defende uma "revolução" que não existiu, é motivo de reflexão. Qual será a mensagem que ele está passando com sua atitude?

Beto Duarte

A casa dele não foi invadida a chute pelos gorilas da ditadura, a minha foi e eu tinha apenas 3 anos de idade. Esse cretino diz que a ditadura me fez bem, portanto espero que os netinhos dele sejam obrigados a passar pela mesma experiência traumática.

Fábio Ribeiro

carta@revistadobrasil.net

As mensagens para a *Revista do Brasil* podem ser enviadas para o e-mail acima ou para o seguinte endereço: Rua São Bento, 365, 19º andar, Centro, São Paulo, CEP 01011-100. Pedir-se que a mensagem venha acompanhada de nome completo, telefone e e-mail.



A lição dos queixadas

Personagens de uma greve que durou de 1962 até 1969 contam por que essa batalha, 50 anos depois, ainda vive na comunidade, que vislumbra na antiga fábrica uma universidade e um polo cultural

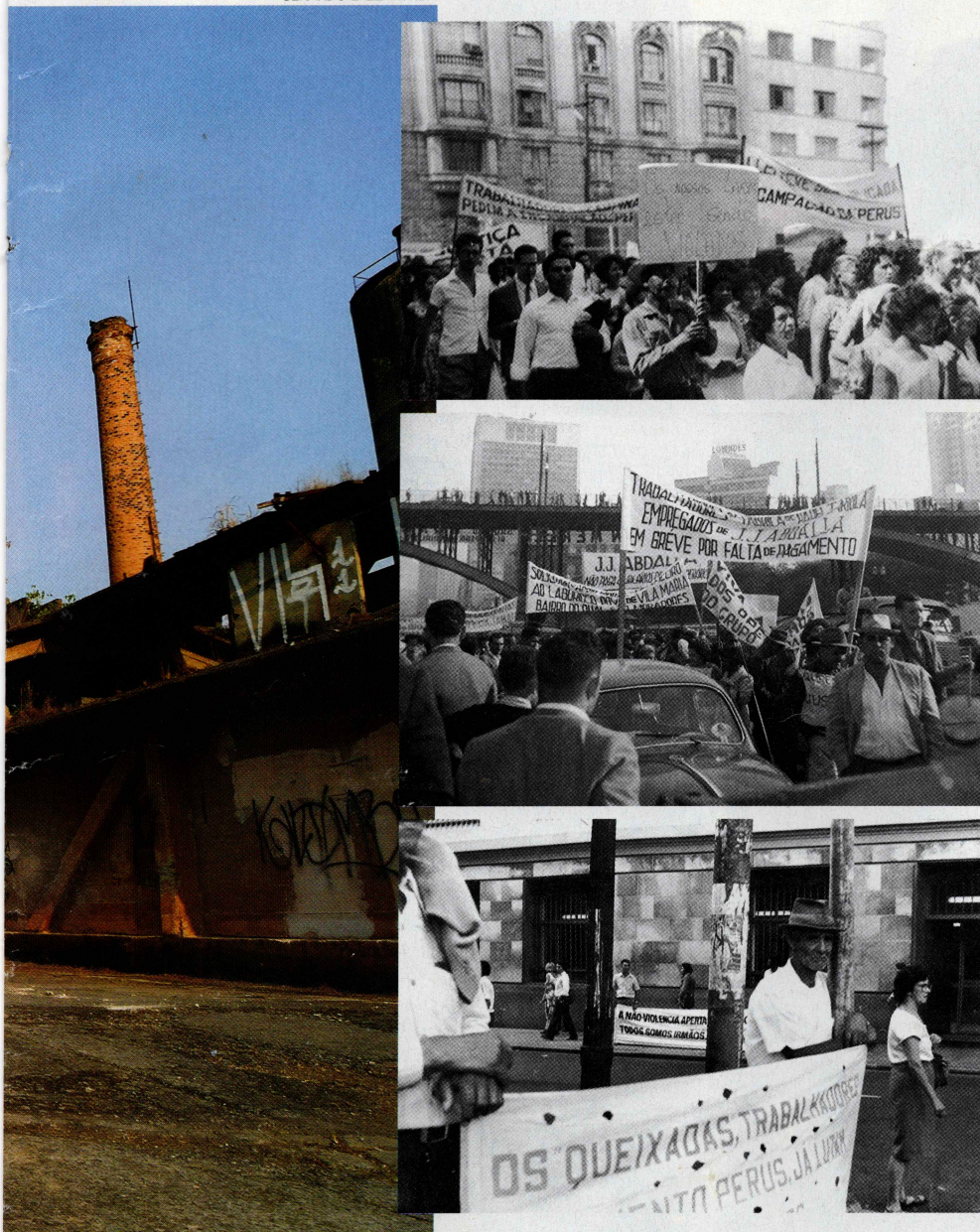
Por Cida de Oliveira

Os piquetes lembravam os de outras greves. A diferença é que mais de 200 policiais estavam dentro da fábrica desde as 3h da madrugada, a pedido do patrão. Quem estava lá teve de sair. E quem chegava não entrava. O movimento, marcado para começar às 6h de 14 de maio de 1962 caso as reivindicações não fossem atendidas, foi diferente também porque se prolongaria por sete anos e quatro meses, provavelmente um caso único no mundo.

Foi assim que cruzaram os braços todos os 1.400 trabalhadores na fábrica de cimento localizada em Perus, no noroeste da capital paulista, e nas pedreiras de calcário situadas a 20 quilômetros dali, no município de Cajamar. Eles reivindicavam o pagamento de salários atrasados, o cumprimento de acordos coletivos, reajuste e pagamento da verba para casa própria no período entre outubro de 1960 e maio de 1962. Pela primeira vez, desde 1951, foi desligado todo o maquinário obsoleto, desgastado e barulhento – o que não acontecia nem para manutenção.

Durante 99 dias, tudo parou naquela que foi a maior fábrica de cimento da América Latina e fornecedora do produto para a construção dos primeiros edifícios de São Paulo, viadutos, pontes, estradas, estádios e até da capital federal. O aposentado Sebastião de Souza Silva, 79 anos, mais conhecido como Tião de Perus, lembra-se bem daqueles dias. Admitido como motorista pouco tempo antes, ele relata que a paralisação incluía trabalhadores de três outras empresas do patrão José João Abdalla, o poderoso J.J. Abdalla, dono de um complexo industrial, bancá-

GERARDO LAZZARI/RBA



POEIRA DO TEMPO O movimento dos queixadas começou em 1962 e durou mais de sete anos. Em 1975 a greve foi considerada legal. O governo federal pagou os atrasados e interveio na fábrica dos Abdalla. Em 1987 a Cimento Perus fechou as portas

rio, agropecuário e latifundiário, influente na política e famoso por comprar fábricas para explorar até que não dessem mais lucro. Deputado estadual e federal, foi secretário do Trabalho do governador Ademar de Barros entre 1950 e 1951.

A Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) foi inaugurada por um consórcio formado por empresários canadenses e brasileiros em 1926, quando ainda não havia leis para garan-

tir direitos trabalhistas, apenas decretos específicos sobre limite de idade e jornada noturna. Até a década de 1940 atendia à metade da demanda nacional. Em 1951 o empresário J.J. Abdalla comprou a fábrica, a pedreira e a estrada de ferro Perus-Pirapora.

“Nos primeiros 99 dias parou tudo, mas no centésimo houve uma operação fura-greve. Muitos voltaram ao serviço. Eu, não”, conta Tião. Segundo ele, havia a in-

terferência da deputada estadual Conceição da Costa Neves, que estava sempre no bairro para convencer os operários a retornar ao trabalho. Ia à casa de muitos, acompanhada pela polícia, e até os convidava para reunião com Abdalla. Os acordos assinados em separado pelos operários das outras empresas – o que Tião chama de traição – favoreceu a operação fura-greve.

Filho de trabalhador da fábrica, o historiador Elcio Siqueira, que estudou o episódio para seu mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta que em 21 de agosto, data da operação, houve intervenção policial e os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) iam atrás dos grevistas em casa. Houve inclusive ocupação militar em Perus e Cajamar. “Dos 1.100 grevistas, 700 ‘indesejáveis’ foram impedidos pelo patrão de retornar, o que os levou a uma resistência épica”, afirma.

Ao longo daquele ano foram feitas várias passeatas no bairro e no centro de São Paulo, além de greves de fome na frente da residência oficial do governador Carvalho Pinto. Sem acordo, em janeiro de 1963 o Sindicato dos Queixadas, como era conhecido, entrou com ação para reintegrar os trabalhadores. Abdalla negou, com a justificativa de abandono de emprego. E ainda quis despejá-los das vilas operárias, mandando inclusive cortar água e luz nas casas.

Houve resistência e nova ação na Justiça. Os dirigentes sindicais recomendaram então aos grevistas tirar nova Carteira de Trabalho e procurar outro emprego enquanto os processos tramitassem na Justiça. “Meu pai, que era carpinteiro, foi trabalhar na construção de mansões no litoral. Muitos colegas dele se empregaram em grandes construtoras. Tinha muito queixada construindo estádio”, lembra Sidney Fernandes Cruz, ex-queixada e atual presidente do sindicato em Perus.

Com o golpe de 1964, a entidade foi uma das primeiras a sofrer intervenção, tendo dirigentes presos ou respondendo a processos. Uma nova diretoria foi eleita, formada por aqueles que tinham furado a greve – os quais, ironicamente, comandariam uma paralisação fracassada em 1965.

FOTOS: ARQUIVO EDGARD LEUENROTH-UNICAMP/MUSEU MUNICIPAL CASA DA MEMÓRIA DE CAJAMAR

Solidariedade

Ao longo dos sete anos, os grevistas fizeram campanhas e receberam apoio de organizações. Entre 1962 e 1963, diversos setores, como professores e estudantes de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), iam a Perus atender os grevistas e seus familiares. E os acadêmicos do Direito passaram a defender a encampação da fábrica para cogestão operária. Na falta dos salários dos maridos, as mulheres organizaram uma cooperativa de costura. Como lembra Tião, eles se encontravam com frequência para acompanhar os desdobramentos, participar de assembleias e viagens em busca de sustento e apoio para o movimento. “Enquanto isso, dentro da fábrica, as jornadas eram intermináveis para manter a produção, com muitos operários chegando a morrer de exaustão”, lembra o aposentado.

A retomada da produção logo depois da greve, com a substituição de operários, demonstra a simplicidade das rotinas grosseiras e penosas. “A política de rebaixamento da qualidade dos serviços de manutenção estava associada a um padrão bárbaro de operação pela administração Abdalla”, aponta Elcio. As condições de trabalho eram tão ruins que muitos adoeciam e morriam. A exposição à poeira causava silicose, grave doença pulmonar, que pode avançar para o câncer, como aconteceu com o pai de Elcio Siqueira e pode ter ocorrido com o pai de Sidnei Fernandes Cruz.

Com a simpatia da opinião pública, que acompanhava os desdobramentos da greve, o sindicato percebeu o espaço para denunciar Abdalla também como corrupto. Em 1966, com a queda de Ademar de Barros – que havia retornado em 1963, no lugar de Carvalho Pinto –, acabou a perseguição policial aos trabalhadores.

A admiração por aqueles operários, conforme pesquisadores, se devia principalmente à sua forma de luta, baseada na não violência ativa, que mais tarde seria chamada Firmeza Permanente. Preconizada por Mário Carvalho de Jesus, advogado do sindicato, consistia em resistir sem aceitar nenhuma provocação da polícia.



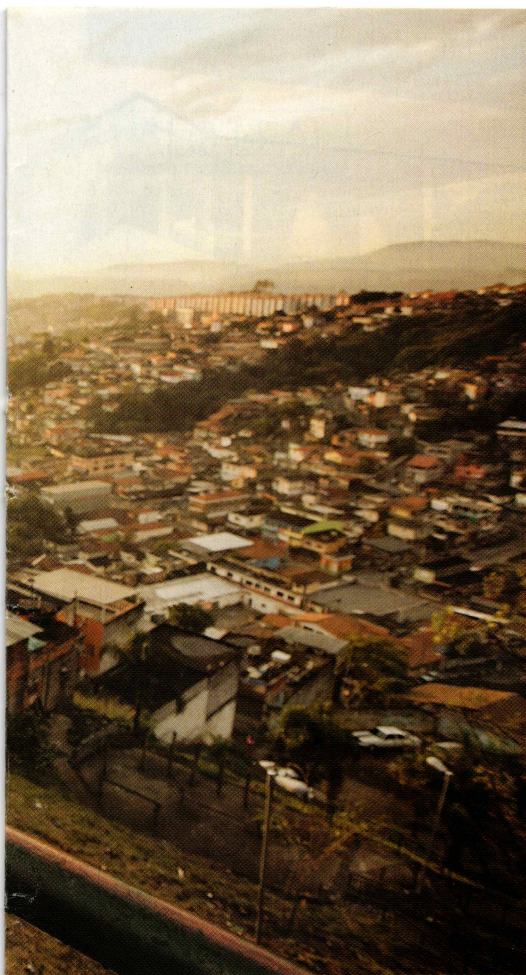
EXAUSTÃO Tião lembra o tempo em que peregrinavam em busca de sustento e apoio para o movimento enquanto, na fábrica, operários morriam de tanto trabalhar



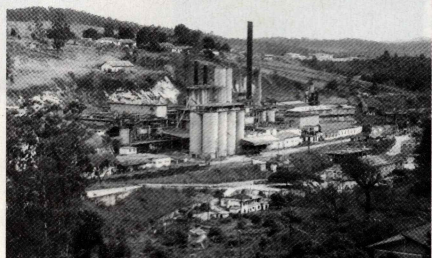
LONGE DE CASA O pai de Sidnei foi trabalhar na construção civil, no litoral paulista

A postura combinava ideias do indiano Mahatma Gandhi (1869-1948) e do dominicano padre Lebreton (1897-1966), teólogo francês que aproximou pensamento cristão e ação econômica para uma sociedade mais justa. Tal comportamento lembrava o dos queixadas, porcos selvagens que só reagem ao agressor quando reunidos em manada – daí o apelido dos operários e de seu sindicato.

O Sindicato dos Queixadas chegou a associar 99% dos trabalhadores. Outro traço peculiar era a solidariedade a outros movimentos, como os da Rhodia, da Fiação e Tecelagem Santo André e da Usina Miranda. Mais tarde, na época das grandes greves do ABC paulista, os queixadas denunciaram à Organização Internacional do Trabalho (OIT) a repressão àqueles sindicatos.



DANILO RAMOS/RBA



MUSEU CASA DA MEMÓRIA DE CAJAMAR



GERARDO LAZZARI/RBA



DANILO RAMOS/RBA

50 ANOS DEPOIS Euler, durante aula aberta na comunidade Quilombaque: a antiga fábrica é a memória do trabalho e da construção da cidade

Só em 1967 o governo estadual reconheceu o direito de greve dos 400 trabalhadores estáveis, que foram reintegrados dois anos depois. A fábrica teria de pagar os salários correspondentes aos sete anos. A luta continuou com denúncias de fraudes contra Abdalla e a reivindicação da cogestão da fábrica. A greve foi considerada legal apenas em 1975, quando o governo federal pagou os salários referentes aos 2.448 dias de paralisação e interveio na fábrica.

Naquele ano, houve grandes passeatas em Perus contra a poluição, todas apoiadas pela Igreja Católica e reprimidas pelo Dops, que usou o episódio como pretexto para expulsar missionários estrangeiros. Em 1974, os trabalhadores exigiram o confisco total dos bens de Abdalla, o pagamento dos salários atrasados e a instalação de filtros nas chaminés. Logo surgiram movimentos pelo fechamento da fábrica e por medidas de compensação à população por tanto sofrimento com a poeira.

Ideal presente

Em 1979, uma área confiscada pela União foi transferida à prefeitura paulistana e transformada no Parque Anhangueira, quase 20 vezes maior que o Ibirapuera. Em 1983, quando J.J. Abdalla já estava afastado da gestão (ele morreria cinco anos depois), seu sobrinho Antonio-João Abdalla Filho, o multimilionário e playboy Toninho Abdalla, desativou a estrada de ferro e as minas de calcário. Agonizante, a fábrica foi fechada em 1987.

Para Elcio Siqueira, a paralisação de 1962, que a princípio era moderada, limitada a aspectos trabalhistas, radicalizou-se com o tempo. “Os trabalhadores lançaram a proposta de desapropriação da fábrica, que devia muitos impostos, e sua cogestão pelos operários”, diz.

Para o governo Carvalho Pinto, a fábrica era inviável e o estado temia abrir um precedente: encampar uma fábrica toda vez que trabalhadores e patrões não se entendessem. Para Sidnei Fernandes Cruz, a desapropriação não ocorreu por pressões do cartel do cimento. “A medida permitiria a oferta de cimento a preços inferiores aos dos outros fabricantes.”

Após 50 anos do começo da greve, o ideal daqueles operários ainda move toda a comunidade. Só que, em vez da defesa de direitos trabalhistas, envolve a construção de uma universidade pública e de um centro de cultura operária no terreno tombado, onde as ruínas da antiga fábrica resistem às tentativas de depredação. Já existe lei para isso. O que falta é a desapropriação do terreno, que está na mira da especulação imobiliária.

O grupo Abdalla quer transformar o espaço em um shopping center ou condomínio residencial. Já o Ministério da Educação planeja construir ali um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Apesar de bem-vindo, está longe do campus defendido pelo movimento Pró-Universidade Pública da Zona Noroeste. “Queremos uma universidade popular capaz de socializar o conhecimento acadêmico com a comunidade e dialogar com os saberes locais”, diz Marcos Manoel dos Santos, professor e militante do movimento.

A luta conta ainda com o professor Euler Sandeville Júnior, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Seu interesse pelo significado da fábrica o fez levar para o bairro parte do projeto chamado Poéticas e Conflitos na Paisagem. Todo sábado, na comunidade cultural Quilombaque, alunos da graduação assistem a uma aula aberta também ao público. “A fábrica é o resgate de uma memória do trabalho, dos próprios meios de produção do espaço urbano e de uma fase importante da construção da cidade”, define o professor, que acredita no potencial educativo e cultural do espaço.

Para muitos, a greve dos queixadas foi uma derrota em especial para os trabalhadores que não tinham estabilidade e deixou lembranças amargas entre aqueles que não concordavam com os rumos que tomou. “Havia quem quisesse apenas o atendimento da pauta de reivindicação, sem apelar para uma batalha tão claramente contrária à ordem burguesa”, diz Elcio. Tião de Perus, que não tinha estabilidade no emprego, pensa diferente. “Não fracassamos. O movimento nos ensinou muitas coisas, como a solidariedade.” »